



Anais da Assembléia

Nº 89

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 10 DE AGOSTO DE 1.981.

ANO VI

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.^a LEGISLATURA

ATA DA 82.^a SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 10 DE AGOSTO DE 1981

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Lázaro Dumont e Gabriel Sampaio.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Sob os n.ºs DTL/69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79 e 94/81, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei, sob os seguintes números:

29/81: Do Senhor Deputado EZEQUIAS LOSSO, que autoriza o Poder Executivo a doar área de terra à Prefeitura Municipal de Iporã, o qual convertido em lei tomou o número 7.482.— Anote-se. Arquite-se.

27/81: Do Senhor Deputado FUAD NACLI, que declara de utilidade pública a CRECHE MUDINHA DA CRIANÇA TIA NAIR, com sede e foro em Curitiba, o qual convertido em lei tomou o número 7.483.— Anote-se. Arquite-se.

49/81: Do Senhor Deputado NELSON BUFFARA, que declara de utilidade pública a SOCIEDADE PARANAENSE DE MATEMÁTICA, com sede e foro em Curitiba, o qual convertido em lei tomou o

número 7.484.— Anote-se. Arquite-se.

19/80: Do Senhor Deputado JOÃO MANSUR, que declara de utilidade pública o EDUCANDÁRIO MARIA CRUCIFIXA, com sede e foro na Cidade de Francisco Alves, o qual convertido em lei tomou o número 7.485.— Anote-se. Arquite-se.

35/81: Do Senhor Deputado GABRIEL SAMPAIO, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SÃO JOÃO BATISTA, com sede e foro em Curitiba, o qual convertido em lei tomou o número 7.486.— Anote-se. Arquite-se.

47/81: Do Senhor Deputado TÉRCIO ALBUQUERQUE, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ORIENTADORES EDUCACIONAIS — APOE, com sede e foro na Cidade de Curitiba, o qual convertido em lei tomou o número 7.487.— Anote-se. Arquite-se.

39/81: Do Senhor Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara de utilidade pública o LAR EVANGÉLICO MIRIAN, com sede e foro em Cascavel, o qual convertido em lei tomou o número 7.488.— Anote-se. Arquite-se.

45/81: Do Senhor Deputado ANTÔNIO FACCI, que declara de utilidade pública o CLUBE DO VOVÔ DE MARINGÁ, com sede e foro na Cidade de Maringá, o qual convertido em lei tomou o número 7.489.— Anote-se. Arquite-se.

80/80: Do Senhor Deputado NILSO ROMEU SGUAREZI, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DAS CÂMARAS DE VEREADORES DO SUDOESTE DO PARANÁ — ACMSP, com sede e foro no Município de Pato Branco, o qual convertido em lei tomou o número 7.490.— Anote-se. Arquite-se.

20/81: Do Senhor Deputado JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE CLUBES DO ESTADO DO PARANÁ — ACEPAR, o qual convertido em lei tomou o número 7.491.— Anote-se. Arquite-se.

31/81: Do Senhor Deputado ERONDY SILVÉRIO, que autoriza o Poder Executivo, doar imóvel que especifica, ao Município de União da Vitória, o qual convertido em lei tomou o número 7.492.— Anote-se. Arquite-se.

203/79: Do Senhor Deputado FUAD NACLI, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao ENGENHEIRO OPHIR RUY WOITOWICZ.— Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atri-

buições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão na ata dos trabalhos de hoje, de um voto de profundo pesar, pelo falecimento do Engenheiro Agrônomo, CARLOS ROBERTO SEGHESE, ocorrido dia 7 do corrente, na cidade de Paissandu, onde exercia as funções de Diretor Agrícola da Destilaria de Aguardente Paissandu Ltda.

O extinto era filho de Alberto Seghesi e de dona Terezinha Seghesi, pioneiros da região e irmão dos Senhores Edner Seghesi, casado com dona Fátima Miduar Seghesi, Ivan Seghesi, Júlio Seghesi e Marco Seghesi, solteiros.

Da decisão do Plenário, solicita seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 1981.

a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, que se insira na ata dos trabalhos legislativos um voto de regozijo pela passagem do 26.º aniversário de emancipação política do Município de Goio-Erê, no dia de hoje, e que do pronunciamento desta Casa se dê conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores.

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 1981.

a) DARCY DEITOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Secretário da Indústria e Comércio, Fernando Fontana, solicitando a formação de um grupo de trabalho em conjunto com a Comissão de Indústria e Comércio desta Casa de Leis para estudo da legislação referente aos benefícios que o Paraná deverá ter com a exploração do xisto em seu solo.

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 1981.

a) GABRIEL SAMPAIO

JUSTIFICATIVA:

Em boa hora, o jornal "GAZETA DO POVO" inicia ampla pesquisa a respeito dos benefícios que o Estado deverá ter com a exploração do xisto em seu solo. Acreditamos ser de muita importância um estudo oficial a respeito, que possa demonstrar a necessidade urgente de transformar a exploração do xisto em prioridade tanto para os paranaenses como para toda a Nação. Tão logo a usina comece a produzir, o Paraná será beneficiado com uma indenização de quatro por cento sobre o valor do óleo extraído, além de receber dez por cento das ações da PETROBRÁS relativas ao valor atribuído à jazida de xisto de São Mateus do Sul.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER o envio de ofício ao Governador Ney Braga, sugerindo a formação de uma Comissão Inter-Secretarial (Planejamento, Recursos Humanos e Finanças) visando o estudo de medidas que venham a beneficiar os integrantes da Polícia Militar do Paraná, como reajustes semestrais, 13.º salário e outras.

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 1981.

a) GABRIEL SAMPAIO

JUSTIFICATIVA:

É das mais aflitivas a situação enfrentada pelos integrantes da briosa Polícia Militar do Estado, que recentemente completou 127 anos de existência. O último reajuste salarial dos integrantes da Corporação ocorreu em janeiro e, desde então, do salário global vem sendo apenas corrigido o soldo, através

Curitiba, segunda, em 10/08/81

salário-mínimo, permanecendo o restante inalterado. Hoje, um policial casado, recebendo salário-família e todas as demais vantagens percebe somente em torno de Cr\$ 15.000,00.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício aos Excelentíssimos Senhores EDSON NEVES GUIMARÃES, digníssimo Secretário das Finanças e LUIZ SIRUELO SOBRINHO, digníssimo Coordenador da Receita do Estado, solicitando as segundas vias de documentos de receita dos anos de 1949 a 1960 que se encontram na Delegacia Regional da Receita do Estado, de Cascavel, para que sejam tombadas como patrimônio histórico e entregues aos cuidados do Município de Cascavel, e ainda, que sejam enviados expedientes àquela Delegacia, no sentido de que a sua chefia faça a respectiva tradição.

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 1981.

a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Os documentos acima mencionados, não são mais utilizados como fontes de pesquisa por parte da receita estadual e retratam a história de Cascavel e região, antes mesmo que este se emancipasse de Foz do Iguaçu.

Está havendo grande esforço para reproduzir a história da colonização e conquista do Oeste, através do museu de Cascavel, e essas peças tornam-se indispensáveis para a própria descrição histórica dessa fronteira do Estado, razão pela qual justifica-se plenamente a medida.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 78/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "LIGA LONDRINENSE DE FUTEBOL DE SALÃO", com sede e foro na cidade de Londrina.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 1981.

a) DÁCIO LEONEL

JUSTIFICATIVA:

A Liga Londrinense de Futebol de Salão tem por finalidade o intercâmbio esportivo através de campeonatos oficiais e competições amistosas no âmbito municipal e intermunicipal, desenvolvendo, orientando, fiscalizando e difundindo por todos os meios, ao seu alcance, o futebol de salão do nosso Estado.

Por se tratar de entidade que cultiva a educação moral, cívica e intelectual, sobretudo no meio das novas gerações, apresentamos o presente plano de lei, esperando dos ilustres Pares, com assento nesta Casa de Leis, o devido apoio e posterior aprovação.

Pela documentação anexa temos que a Entidade preenche todos os requisitos exigidos pela Lei n.º 6.994, de 10 de janeiro de 1978.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, primeiro orador inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No dia 13 de abril, Sr. Presidente, formulamos um requerimento encaminhado ao Doutor José Roberto Pegoraro, digníssimo Presidente da COHAPAR. Neste requerimento, solici-

tamos que nos fossem fornecidas, cópias dos contratos e eventuais aditivos firmados entre a COHAPAR e as firmas empreiteiras das construções de núcleos habitacionais de Cascavel, especialmente do Jardim Parque Verde, Jardim Guarujá e Jardim Clarice.

Para surpresa nossa, Sr. Presidente, este ofício solicitatório de vias contratuais, ficou hibernando nas gavetas daquela repartição alguns meses e depois, foi-me devolvido o requerimento com um papel escrito, mal-batido e ainda corrigido dito o seguinte: "aditar ofício, esclarecendo a finalidade do seu uso".

Ora, Sr. Presidente, ou este País realmente não é sério ou a direção da COHAPAR não é séria, Sr. Presidente. Porque, responder num papel desses, para um Deputado que representa a comunidade de Cascavel e tenho até, sobre meus ombros, o peso de quase sessenta por cento dos eleitores da cidade de Cascavel. E, a grita que anda em Cascavel, especialmente nesses núcleos habitacionais, com relação à falta de cumprimento de deveres contratuais por firmas empreiteiras que ajustaram, avençaram obrigações com a COHAPAR, até hoje não cumpriram dispositivos contratuais. E esta companhia, provavelmente mal dirigida, ou talvez, com endereço remetido por funcionários subalternos e que não expresse o pensamento da diretoria, precisa, Sr. Presidente, receber deste Parlamento, ao menos para respeitabilidade deste Parlamento, uma resposta que seja mais honesta, mais compatível com o bom funcionamento administrativo.

Porque primeiro: é inaceitável a resposta desta natureza, não só lacônica mas, também, atrevida como esta. E mais ainda, Sr. Presidente, querer perguntar ao Parlamento ou a este Deputado, qual a finalidade do uso dos contratos. Contratos feitos de interesse público. E, evidentemente, quando toca o interesse público e são contratos feitos e registrados, que poderão ser vistos por qualquer pessoa em qualquer escrivania de foro judiciais ou extra-judiciais.

É inaceitável, Sr. Presidente, e eu invoco o espírito não só democrático mas, também, de preservação do Poder Legislativo, que esta companhia, esta COHAPAR, que tem distribuído angústia pelo Estado do Paraná e, especialmente em Cascavel. E, uma das razões que nós pedimos os contratos, foi para buscar uma apreciação justa dos textos ali expendidos para tratar do interesse do povo de Cascavel, que comprou, que adquiriu casa popular. E agora, vem indagar; qual a finalidade do uso desses contratos?

Quero encaminhar à Mesa, Sr. Presidente, um requerimento para que este Poder exija da COHAPAR, a remessa dos contratos para que nós possamos examiná-los, para tratar da preservação dos interesses legítimos do povo de Cascavel, que adquiriu casa popular.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Airton Cordeiro. (Ausente)

Encerrado o Pequeno Expediente, para o Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Sampaio.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós não poderíamos deixar de registrar com bastante satisfação, a presença muito marcante em termos de Paraná, do jornal "A Gazeta do Povo" em especial ao seu Diretor-Presidente, Dr. Francisco da Cunha Pereira Filho.

Dr. Francisco já esteve aqui nesta tribuna, fazendo uma longa exposição sobre o problema "energia a custo zero", uma exposição que ficou marcada nos Anais desta Casa e que despertou o maior interesse num Estado tão carente como o nosso, de novas idéias, novas sugestões e que venham de encontro a uma situação que o Paraná enfrenta há muito tempo que é de ver, exploradas e inundadas suas potencialidades hidráulicas e de não ter condições de uma reparação à altura.

Agora, novamente, "A Gazeta do Povo", através do Dr. Francisco da Cunha Pereira Filho inicia mais uma campanha, das mais meritórias e que realmente surpreende a nós políticos, que estamos acostumados ao dia a dia das lides parlamentares. E verificamos que através de uma pesquisa feita, legislação existente do tempo do Presidente Getúlio Vargas, da PETROBRÁS, que dá condições ao Estado que explorar o Xisto, de uma indenização em nível percentual, para o Estado e para o Município.

Essa exploração do Xisto em São Mateus do Sul, deverá render ao Paraná nos próximos anos, cerca de 77 bilhões de cruzeiros de indenização. Realmente é uma cifra bastante razoável e que dará sem dúvida alguma, condições para que o Paraná invista em infra-estrutura, que tão carente está nos últimos anos e que perdeu, não só parte do seu território, mas também maiores divisões no bolo econômico da Nação.

Então nós queremos, através deste simples pronunciamento, fazer um apelo em requerimento endereçado à Mesa da Assembléia, nesta tarde, de que a Comissão de Indústria e Comércio da Assembléia, tenha condições de fazer uma comissão de alto nível, com a Secretaria de Indústria e Comércio, para que possamos analisar a legislação pertinente, analisar as condições e irmos de encontro ao Governo Federal, a exemplo do que se faz no projeto energia custo zero, para que possamos reivindicar — e já existe condições inclusive, de dinheiro a receber, uma vez que a usina de São Mateus do Sul já está em pleno potencial de suas condições de exploração. Nós queremos que esta comissão se aprovada nesta Casa, os Deputados que a compuserem, juntamente com os técnicos da Secretaria da Indústria e Comércio, possam fazer junto ao Poder Executivo, ver todas as condições necessárias, para que nós possamos fazer a reivindicação legal, justa, que o Paraná tem direito, com relação ao Xisto extraído de São Mateus do Sul.

Tenho a certeza que este assunto levantado pela "Gazeta do Povo", mais este assunto, é do interesse do Paraná, de todos os paranaenses, e que receberá desta Casa, através da Comissão de Indústria e Comércio, o melhor acatamento, a maior atenção. Porque realmente, nesta dificuldade que hoje vivemos, de um poder unitário, central, absorvente e ditatorial, nós não temos condições de ver uma divisão melhor no bolo econômico da Nação. E através da legislação que existe, que passou praticamente despercebida dos escalões principais deste Estado e desta Nação, agora, através deste movimento da "Gazeta do Povo", do Canal 12, nós vemos condições amplas do Paraná receber em troca, um volume de dinheiro, um volume de recursos, compatível com a retirada das grandes riquezas que o subsolo paranaense possui.

O Sr. Fidelelino Tolentino — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Gabriel Sampaio, realmente este tema de revigoramento das nossas potencialidades é um tema de mais alta significância. O nosso Estado vem perdendo no curso dos anos, a sua representatividade; vem perdendo grande potencial de natureza econômica, social, política. E com a implantação de usinas, as maiores, as mais significativas, estão concentradas aqui no Estado do Paraná. E esta tese levantada de forma diferenciada e específica, pelo Diretor Presidente da "Gazeta do Povo" e Canal 12, no Paraná, encontrou uma repercussão unânime de todos os segmentos responsáveis do ponto de vista administrativo, político, social e empresarial do Paraná.

E, se nós pesquisarmos aquela lei que instituiu a PETROBRÁS, em 1953 — se não me engano a Lei 2.004, — se não me falha a memória, ali estão descritos os parâmetros em que os Estados devem assegurar a sua participação no processo de extração mineral ou de produtos do subsolo e especificamente, o petróleo.

O Estado do Paraná haveria de ter, por essa lei, um res-

sarcimento em torno de quatro por cento do que fosse extraído do seu subsolo, do seu solo e de fontes energéticas ou econômicas do seu Estado.

Se o argumento é válido, para o caso do petróleo, haveria de ser válido, também, para outros tipos de aproveitamentos de energia, ou de potencialidades econômicas, de riquezas econômicas.

Então, Deputado, nós do Parlamento paranaense, haveremos de falar neste mesmo conduto, buscando a intensificação desse mesmo raciocínio.

Verificava há poucos dias uma reportagem sobre o xisto paranaense. Tenho dito e vou dizer aqui, pessoalmente, e na tribuna, Deputado, pessoalmente eu defendo que o Estado do Paraná, a exemplo do que está se fazendo agora, com a energia a custo zero, no caso do xisto, especificamente, não deve se contentar com os quatro por cento que representa em torno de setecentos milhões de cruzeiros cada trimestre. Não deve se contentar com quatro por cento.

E mais o seguinte: o articulista que falava da necessidade do Paraná participar da inversão do capital, para que a PETROBRÁS explorasse o xisto, no Paraná, pessoalmente eu contesto, porque o Paraná já tem dado muito mais do que as suas posses para o Governo Federal, e quase sem nenhum retorno.

Sobre este caso, vou ocupar a tribuna, oportunamente. Mas, no caso de Itaipu, usufruir de energia a custo zero, ainda que seja uma reivindicação acanhada, todos nós deveremos nos incorporar; todos nós deveremos ombrear esta tese, porque foi realmente uma atitude, pelo menos da imprensa paranaense, não só pioneira, mas do mais alto espírito paranista.

Por isso, Vossa Excelência, enfocando este tema, desta tribuna, merece os nossos cumprimentos.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Agradeço o aparte de Vossa

Excelência, Deputado Tolentino, que vem assim dar uma contribuição bastante efetiva àquilo que digo desta tribuna, nesta tarde. Inclusive, lembrei-me agora, de um detalhe interessante, que no início da exploração do xisto, ainda no tempo da usina protótipo, em função dos custos internacionais de petróleo, o xisto tinha um custo de produção bastante elevado, tanto é que já faz anos que a PETROBRÁS vem com esta usina protótipo em São Mateus do Sul.

Porque, realmente, quando se iniciou esse problema do xisto, o custo barril-dólar de petróleo, internacional, era bastante inferior ao custo de produção que teria o barril tirado do xisto.

E, hoje, em função dos aumentos que houveram a partir da organização em cartel dos produtores de petróleo, nós verificamos que o xisto, hoje, o seu custo de produção vai ser inferior aos preços internacionais de petróleo, em vigor.

Dando, dessa forma, uma condição muito melhor, muito mais vantajosa, do que tinha no início da exploração, através da usina protótipo.

Mas, o que mais me preocupa, Deputado Fidelcino Tolentino, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e quando faço requerimento, nesta tarde, pedindo que a Comissão desta Casa, constituída de todos os Parlamentares, de todos os partidos representados aqui, para que se unam aos técnicos, aos participantes do Poder Executivo, é exatamente a preocupação que eu tinha quando aqui estive o Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, que, aliás, deverei me reunir com ele nos próximos dias, para implementarmos uma idéia que surgiu naquela reunião, que é de, justamente, darmos continuidade à idéia. Não podemos apenas feri-la, vindo à tribuna, ou através de um requerimento, ou através de uma palavra, numa tarde, no mês de agosto. Teremos de levar isso a nível de implementarmos a idéia para que ela possa atingir seu real objetivo que é, no caso, a energia custo zero, da concessão da ELETROBRÁS a essa intenção do Paraná.

Então, pedi ao Dr. Francisco e sugeri ao Presidente da

Casa, que fizéssemos tudo através do Legislativo paranaense, que a Assembléia Legislativa seja a grande condutora desta idéia que deverá ser materializada. Porque, não adianta ficarmos apenas na idéia. Será apenas mais uma boa idéia, entre tantas outras que existem por aí.

Em relação ao xisto é a mesma coisa, temos que implementar essa idéia, temos que torná-la real. E isto é o mais importante. Acho que "A Gazeta do Povo" e o Dr. Francisco fizeram, realmente, a sua parte, levantaram o problema. Agora, a implementação cabe aos Representantes do povo do Paraná, cabe a esta Casa implementar. Daí a idéia de pegarmos, através da Comissão de Indústria e Comércio, de levarmos esta teve avante para que possamos, realmente, atingir o objetivo final.

O Sr. Airton Cordeiro — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Primeiramente, quero manifestar a Vossa Excelência os nossos cumprimentos pela oportunidade do pronunciamento.

Devo, aqui também afirmar, que o problema do xisto, no Paraná, sem dúvida, precisa despertar a consciência nacional.

Sucederei Vossa Excelência, na tribuna, e abordarei esse problema. Mas quero apenas dizer que, recentemente, quando participávamos de uma reunião da Comissão da União Parlamentar Inter-Estadual em Brasília, depois de ouvir uma palestra do Presidente da Comissão Nacional de Energia, vice-Presidente da República, Aureliano Chaves, sentimos que, na escala de prioridades do Governo Federal, o xisto está numa terceira, ou quarta posição depois do carvão.

E nos preocupa profundamente, sobretudo quando se sabe que temos, no vizinho Estado de São Paulo, a PAULI-PETRO, empresa estatal, pesquisando petróleo, em lugares onde a formação geológica não indica que exista petróleo.

No entanto, a céu aberto, em São Mateus do Sul, temos o xisto escancarado, para ver quem quiser. Então, na verdade, mais esta tese que "A Gazeta do Povo" levanta não só é oportuna, como plenamente justificável.

E é o que preconizarei da tribuna, na tarde de hoje, porque entendo que o Governo Federal pode fazer investimentos maiores na exploração do xisto, e porque também o Governo do Estado deve somar o seu esforço com o esforço do Governo Federal.

Claro que sabemos todos da potencialidade econômica que representa São Paulo e, por isso, seu governo tem condições de bancar o jogo na pesquisa do petróleo. Mas, o xisto aí está e com uma vantagem rodoviária da Refinaria de Araucária o que facilitaria sobremodo o seu refino, mas, ainda não tivemos uma decisão favorável por parte do Governo Federal, mesmo que se saiba que, recentemente, o Ministro das Minas e Energia, quem sabe numa manifestação de boa vontade, declarou que vai repassar alguns recursos que seriam destinados à exploração do carvão, para que nós tenhamos a exploração do xisto, o que já é, sem dúvida, confortador.

De qualquer forma eu cumprimento Vossa Excelência porque creio que, a ressonância que esta tese alcança nesta Casa, é muito importante, pelo respaldo político que significa. Muito obrigado.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Eu que agradeço e gostaria de deixar bem claro, Deputado Airton Cordeiro que, esta é uma tese que deve ser absorvida pela Casa, pela Assembléia Legislativa, não deve pertencer a ninguém, simplesmente, nós tivemos a oportunidade de estar na tribuna, em primeiro lugar, mas, todos os Deputados deverão participar deste empreendimento que é um dos mais relevantes para o Estado do Paraná.

Mas, a minha preocupação, e eu vou repetir para dar uma colocação bastante enfática ao que eu quero dizer, é que, nós não podemos apenas levantar os assuntos, na Assembléia

Legislativa do Estado do Paraná, nós temos é que dar continuidade. Nós temos o exemplo prático da energia custo zero que, nos meses de maio e junho, esteve praticamente em todos os pronunciamentos desta Casa, esteve em todos os órgãos de divulgação do Paraná, mas, nós precisamos implementar aquela idéia como nós precisamos implementar esta do xisto, também. Nós precisamos, como Vossa Excelência bem falou, talvez, inverter as prioridades nacionais a nível de energia, como Vossa Excelência bem disse e o Deputado Fidelcino Tolentino também complementou, nós não temos condições de investimento como Estado, como tem o Estado de São Paulo que é praticamente cinquenta por cento da Nação brasileira. Absolutamente nós não poderíamos desviar recursos que já são tão poucos, para podermos investir num aumento intensivo da exploração do xisto.

O Sr. Fidelcino Tolentino — E Veja Vossa Excelência, nós estamos fornecendo energia elétrica para a região Sudeste, a região correspondente ao grande parque industrial que é o eixo Rio-São Paulo, nós estamos subtraindo parcela considerável da nossa economia, entregando, através de uma política errada do Governo Federal, e nós estamos assistindo essa deteriorização econômica. Se o Estado de São Paulo hoje representa um potencial econômico-financeiro para fazer perfurações aventureiras até, é porque nós estamos dando condições energéticas para que ele faça isso, está enriquecendo, em última análise, nas costas do Estado de maior produção agrícola que é o Estado do Paraná e um dos fornecedores dos maiores equivalente à energia hidrelétrica. Então, nesse aspecto, Deputado, quero manifestar a minha posição, que é exatamente contrária a que o Paraná mais uma vez pegue as suas economias e ajude o Governo Federal a despejar vantagens para a região Sudeste, e falo isto principalmente por ter nascido na região Sudeste, é uma questão de isonomia de direito! Onde está o chamado princípio federativo? Onde estão as autonomias dos Estados, se os Governadores são obrigados, pela Constituição vigente, a obedecer o crivo das determinações do Planalto?

É nesse aspecto que eu tenho uma divergência inconciliável com as metas políticas desse Governo.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Eu concordo com Vossa Excelência em relação ao não investimento por parte do Paraná, nós estamos esperando até hoje o recebimento da indenização da Estrada-de-Ferro Central do Paraná.

Acho que realmente não temos condições de “banciar o jogo”, Vossa Excelência tem plena razão, agora, o que nós pedimos e que nós poderemos fazer, um trabalho a nível parlamentar, é, para que se invertam as prioridades.

Se nós temos condições, hoje, do xisto, ao contrário de antigamente, ser mais econômico do que o petróleo, já o foi ao contrário, o xisto era praticamente o dobro, o custo da extração de um barril de petróleo a nível de xisto era o dobro do que custava no Oriente Médio, então, hoje, com essa inversão a nível de custo internacional nós devemos investir muito mais naquilo que nós temos, que é uma grande jazida que, segundo estatísticas geológicas deverá ter uma condição de exploração por mais de trinta anos, portanto, Deputado Airton Cordeiro e Deputado Fidelcino Tolentino que me apartearam, Sr. Presidente e Srs. Deputados, para encerrar, gostaria apenas que, fizéssemos um trabalho eficaz, Sr. Presidente, que não esquecêsemos de implementar as idéias, porque é muito fácil vir à tribuna falar do assunto.

Isto aqui vai ficar nesta Casa. Nós conhecemos profundamente o pouco que pode o Poder Legislativo, o quanto ele está castrado, o quando ele está amputado de suas reais possibilidades como um Poder independente. Isso já foi discutido largamente e amplamente.

Mas, gostaria de que idéias como esta, em especial o

projeto “Energia a custo zero”, e agora o problema da participação econômica dentro da riqueza do xisto em São Mateus do Sul. Esta Assembléia possa participar deste trabalho. Eu fiz o requerimento para que a Comissão desta Casa se reúna e, justamente com a Secretaria competente do Governo do Estado, comece a estudar o assunto para que possamos levar ao Sr. Governador do Estado e depois às autoridades federais.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência concede um aparte? (Assentimento).

Estou acompanhando atentamente Vossa Excelência e desde já me associo ao requerimento de Vossa Excelência, mas o problema energético é um problema que comporta muitas colocações.

Vossa Excelência tem toda razão, a “Gazeta do Povo”, o Paraná, o nobre Deputado Fidelcino Tolentino, na tese que levantou, embora nós saibamos que é a ELETROBRÁS que esteja vendendo energia ao Estado de São Paulo, mas dentro do ponto de vista paranista, está coberto de razões, o nobre Deputado Fidelcino Tolentino.

Mas veja Vossa Excelência, que ainda com relação ao aparte do nobre Deputado Airton Cordeiro: ele disse que o Estado de São Paulo é um Estado incomensuravelmente rico, que tem condições de investir na prospecção do petróleo. Acho que está errado. Mesmo que ele tenha condições de fazer esse investimento, ele o está fazendo exatamente já em áreas pesquisadas, o que nos parece mais um gesto teatral do Governo paulista, mais um gesto de promoção pessoal, do que a vontade mesmo de localizar petróleo. Mas acho que esses recursos não podem ser desperdiçados como estão sendo e é dentro dessa colocação que eu tenho uma outra observação a fazer, e esta em favor do Governo Federal.

Na semana passada, um nobre Sr. Deputado da Oposição subiu à tribuna e criticou violentamente o Governo Federal por vender para o mercado interno gasolina a Cr\$ 75,00 e exportá-la a Cr\$ 23,00.

Ora, e Vossa Excelência hoje vem - e apoiado por toda a Casa e por um jornal de grande expressão no Paraná, pedir maiores investimentos do Governo Federal para a industrialização do xisto, o que hoje já se justifica plenamente, dado o preço do petróleo no mercado internacional, que é trinta e três dólares o barril de 168 litros. Antes a exploração do xisto era anti-econômica, mas hoje justifica-se plenamente, mas a PETROBRÁS autorizou investir largas somas na industrialização do xisto em São Mateus e espera já em 85 obter cinquenta mil barris diários de petróleo extraído do xisto.

Mas o que quero me referir é o clima emocional com que certos Deputados abordam o problema. Critica-se o Governo por ter cachorro e critica-se por não tê-lo.

Veja Vossa Excelência que se criticou o Governo por vender a gasolina a Cr\$ 23,00 e taxá-la no mercado interno a Cr\$ 75,00, mas é exatamente dessa diferença que o Governo realmente tem recursos para investimento na prospecção. Quer dizer, a nossa geração está pagando realmente um preço caríssimo pelo desenvolvimento do País, mas é um ônus que a nossa geração está carregando. A Revolução procura fazer em 17 anos o que não se fez em 400 anos no Brasil, tudo nas costas da nossa geração.

Por isso as dificuldades econômicas que enfrenta o povo brasileiro, mas a gasolina, vendida a Cr\$ 23,00, basta se fazer uma análise do refino de um barril de petróleo, para ver que o Governo, realmente, precisa exportar essa gasolina para poder comprar petróleo, porque petróleo nós não compramos com cruzeiro, compramos com dólar? E, é só vendendo a gasolina a Cr\$ 23,00, exportando o excesso de gasolina é que nós conseguimos essa receita cambial. Por que?

Porque as nossas refinarias estão condicionadas para um refino maior de gasolina do que o diesel, fuel-oil, o do óleo

industrial ou dos demais derivados do petróleo. Porque, quando essas refinarias foram implantadas no País, o consumo muito maior era da gasolina. Depois, com o aperfeiçoamento dos motores a diesel, é que inverteu-se a posição e a situação.

Então, hoje, nós já temos a refinaria de Araucária e a de Duque de Caxias, agora também, já a de Cubatão em fase final, para se modificar o sistema de funcionamento das nossas refinarias, para que elas possam de cada barril extrair mais diesel e menos gasolina. Então, o que o Governo tem que fazer com o excesso de gasolina? Queimá-la? Colocar mais barato no mercado interno para aumentar o consumo? Não pode. Quer dizer, é uma situação difícil, mas só com essa venda eu repito, é que o Governo Federal tem condições de investir mais na prospecção de petróleo e na usina protótipo de São Mateus, para extração do petróleo do xisto.

É preciso que se faça essa colocação, no instante em que Vossa Excelência brilhantemente conduz uma tese, propõe a Casa que unida e uníssona, lute pelo Paraná. Porque os sentimentos paranistas devem estar acima de quaisquer outros sentimentos.

Por isso, me associo à tese de Vossa Excelência.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Apenas para concluir, gostaria de agradecer os apartes dos Deputados Fidelcino Tolentino, Airton Cordeiro e Erondy Silvério, e dizer, da minha preocupação maior, repetida talvez já de forma cansativa que é justamente de ficar na idéia. Nós não podemos levantar teses sem implantá-las. E, a minha preocupação hoje, é justamente a da energia a custo zero e agora dessa nova e brilhante tese levantada pela “Gazeta do Povo” que é do dinheiro que pode ser gerado aos cofres do Paraná, em função da exploração do xisto em São Mateus do Sul.

Muito obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Em nome da Liderança do PDS, concedo a palavra ao Sr. Deputado Airton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Nós continuaremos a abordagem deste assunto que foi levantado pelo Deputado Gabriel Sampaio, e que em seu pronunciamento já contou com a participação brilhante dos Deputados Fidelcino Tolentino e Erondy Silvério.

Para dizer, Srs. Deputados, que a pesquisa realizada pelo jornal “A Gazeta do Povo” e divulgada ontem, vem reforçar com veemência a necessidade urgente de se transformar a exploração do xisto e a construção em escala maior da usina de São Mateus do Sul, em vigorosa prioridade estadual que requer investimentos do Governo Federal.

Os números são bastante claros e animadores, trimestralmente durante trinta dias, o nosso Estado receberá a título de indenização pela exploração do óleo, quatro por cento sobre o total da produção; o que significaria em valores de hoje, a cifra de seiscentos e quarenta e dois milhões de cruzeiros a cada três meses, sem contar com outras possíveis arrecadações pela produção de gás, por exemplo.

Os benefícios que alcançarão o Paraná, contudo, não terminam aí. Tão logo a usina comece a produzir em escala comercial, o Município de São Mateus do Sul será beneficiado com recebimento de um por cento no valor da produção. E ambos, o Estado e o município farão jus, respectivamente, a oito e dois por cento, em ações da PETROBRÁS, relativos ao valor atribuído à jazida de xisto.

A viabilidade técnica e econômica da usina de São Mateus do Sul é indiscutível. Já mencionei no aparte ao pronunciamento do Deputado Gabriel Sampaio, que recentemente em Brasília acompanhávamos uma conferência do Vice-Presidente da República, Aureliano Chaves, que falava a deputados estaduais,

sobre as alternativas brasileiras. E diante dessas alternativas brasileiras, diante da crise mundial do Petróleo, Aureliano Chaves pregava que o Brasil, antes do xisto, deve explorar com maior vigor, o carvão. E nós nos preocupamos com a colocação de Sua Excelência. E como representante nesta Casa, por designação do eminente Presidente, nós formulamos uma pergunta ao Presidente da Comissão Nacional de Energia e gostaríamos realmente de ter um posicionamento do Governo Federal sobre o xisto, que está aqui, próximo a Curitiba, próximo de Araucária, num mesmo segmento rodoviário, aqui no sul do Estado, portanto com todas as facilidades. E mais, a exploração do xisto é um fato paupável, concreto; ele está à mostra para quem quiser ver. Basta naturalmente que se faça a inversão financeira para que esta exploração seja viável. E nós ouvimos de Aureliano Chaves, como resposta a nossa indagação, também carregada de preocupação, que o xisto no Paraná, não tardará muito e terá realmente uma exploração mais maciça.

Recentemente nós acompanhamos uma declaração do Ministro Cesar Cals, e que já desviava recursos financeiros do carvão, para um programa específico do xisto. E isto nos conforta. Porque significa o despertar do Governo Federal, para uma realidade paupável que o Paraná oferece a todo o País.

Assim, no momento em que o xisto assume um caráter de prioridade nacional, deve obrigatoriamente assumir também caráter de prioridade estadual, por todos os benefícios que carreará ao Estado. Não só em termos de dinamização de nossa economia, como a abertura de novas frentes de trabalho e consequente absorção de mão-de-obra, especialmente devido à proximidade da usina de São Mateus do Sul com a refinaria de Araucária, como também pelos recursos financeiros que renderá. Basta verificar por exemplo, que gerará trimestralmente uma receita superior à arrecadação anual de muitos municípios do Paraná e do País.

Vale aqui fazer também um rápido comentário, porque recentemente nós ouvimos declarações do Secretário da Administração, então Secretário do Planejamento, Vesperto Mendes, fazendo uma abordagem muito ampla sobre a exploração do xisto e mencionando publicamente o interesse do Governador Ney Braga, em atuar incisivamente sobre este projeto. Não quer dizer que o Paraná venha a fazer repousar sobre ele, recursos financeiros gerados aqui dentro, para que o Estado não seja obviamente exaurido. Mas significa atuar incisivamente do ponto de vista político. E isto não tem faltado porque o Governador preocupado com esta matéria, tem mantido todos os contatos e tem defendido todas as teses do Paraná, junto ao Governo Federal, para que o xisto seja uma grande realidade.

E para que o Brasil supere a crise energética, dependa menos do petróleo importado, explorando o xisto, e tirando do xisto o petróleo que vai ser útil para o nosso País, e que vá redundar numa economia de divisas a nível internacional.

Logo, ao apoiar mais esta tese da “Gazeta do Povo”, reconhecemos o importante papel deste veículo de discutir a realidade paranaense, e de apontar caminhos importantes também, que mobilizem interesses maiores do nosso Estado.

O xisto deve, efetivamente, encabeçar a lista de prioridades do Paraná, não só por representar uma alternativa rigorosamente viável à produção de óleo, em plena crise de energia, além de gás-liquefeito, enxofre e nafta, oferecendo importante contribuição à economia nacional, como também, por representar significativa fonte de recursos que possibilitarão ao Paraná, desenvolver-se harmonicamente, fazendo frente à necessidade de outras obras no próprio setor econômico ou social.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Vossa Excelência permite um aparte?

Vossa Excelência traz, realmente à tribuna, um dos assuntos de maior interesse hoje, no setor do subsolo do Estado do Paraná.

O problema do xisto, discutido já há algumas décadas, e que ficou aí hibernando por longo espaço de tempo. Agora, com o agravamento da crise do petróleo, suscita-se, novamente, a intensificação da exploração, porque já há a implantação de sistema industrial para trazer ao mercado esse produto do solo ou subsolo paranaense.

De maneira que Vossa Excelência tem os nossos mais efusivos cumprimentos, porque traz ao debate um assunto que é não só de interesse econômico, mas é uma fronteira de natureza política, é uma conquista de interesse social, e é também a preservação do próprio sistema de autonomia do nosso Estado.

Nós precisamos, todos juntos, unidos, estarmos voltados para todos esses aspectos de natureza global que envolve esse tipo de economia, não só pelo fato de ser um produto de natureza energética, mas, também, poderá o Estado do Paraná implantar aqui, através da usina de Araucária, desdobramentos industriais a partir da exploração do xisto.

E muitos daqueles agricultores que saíram do campo, que foram expulsos do campo e que estão circulando nas ruas e bairros de Curitiba, poderão ter alternativas de emprego.

Acredito, Deputado Airtton Cordeiro, que se o Estado do Paraná se acordar para essa realidade, não só o Governador, nem o Governo em si, e nem o Parlamento em si, mas toda a sociedade paranaense, especialmente as mais preocupadas, os veículos de comunicação, porque o que seria do Parlamento ou dos políticos ou da classe política e mesmo da sociedade se não tivessem os veículos de comunicação para haver um intercâmbio de idéias e de interesses.

Por isso é que eu louvo esta atitude da "Gazeta do Povo", corajosa, oportuna, necessária, de levantar estes temas.

Depois da Energia a custo zero, a partir de Itaipu, apregoa a necessidade de intensificação do xisto. Só que, no meu entender, acho que o Estado do Paraná deve é usar o seu poder político de reivindicação, e exigir que o Governo Federal, porque recolhe dos nossos cofres, a partir da nossa energia, através daquela parcela absurda que vai para a ELETROBRÁS, nós devemos exigir que parcela daquele valor colocado à disposição da usina do xisto, e não o Governo do Estado do Paraná, mais uma vez, perder um pouco da sua autonomia e da sua firmeza administrativa.

Neste ponto é que nós entramos no problema da divergência. No mais, no bojo e no objetivo final, nós estamos de pleno acordo, só que os objetivos políticos é que se diferem.

Queremos preservar a economia paranaense, através da intensificação da nossa força política, para que o Governo Federal se dê conta que aqui tem que plantar também, não só colher.

Muito obrigado.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Agradeço o aparte de Vossa Excelência e creio que Vossa Excelência tem razão, porque, deve ao Paraná, e cabe a todos nós cobrar, do Governo Federal, o que ele deve ao nosso Estado.

Esperamos claramente a devolução do que o Governo Federal tem tirado do Paraná.

Por exemplo, quando se fala na geração de energia elétrica, através das nossas usinas hidrelétricas, constatamos muito facilmente, que o Paraná não consome esta energia que é produzida através de seu potencial hídrico.

No entanto, estamos servindo e oferecendo ao Brasil energia elétrica, sem ter a resposta que o Paraná realmente precisa.

Foi esta, aliás, a motivação que nos levou a fazer aquela indagação ao Presidente da Comissão Nacional de Energia, quando se discutia o problema das alternativas energéticas para o Brasil. E nós sabemos, nós paranaenses, temos consciência do que temos.

E quando mencionou, anteriormente, o exemplo de São Paulo, quis deixar claro que, enquanto São Paulo joga no escuro, aqui no Paraná o Governo Federal joga no claro, porque tem conhecimento que temos enormes jazidas de xisto e que sua exploração é só uma questão, em primeiro lugar, de investimento financeiro; em segundo lugar, de tempo.

Havendo investimento e com o uso adequado de tempo, não tenho dúvidas que o Paraná dará uma formidável contribuição para que essa dependência do petróleo internacional seja cada vez menor, em nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) No horário concedido à Liderança do PMDB, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em nome da Bancada do PMDB nesta Casa, ocupamos a tribuna para justificar e apresentar um requerimento que estamos encaminhando à Mesa deste Poder, para o qual solicitamos, inclusive, o devido apoio de todos os Srs. Deputados presentes.

O nosso requerimento consiste no seguinte: O Paraná está atravessando uma das crises econômico-financeira mais difíceis da nossa História.

E esta crise é um apêndice, uma decorrência de toda uma estrutura econômico-financeira calcada num modelo econômico totalmente anti-nacional.

Se não bastassem os desacertos, os erros da política econômica implantada neste País, ao longo destes anos, o Paraná também tem sido vítima de problemas, de fatores adversos à própria vontade das autoridades que estão a governar este País.

Refiro-me, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a um problema dos mais sérios que a vida paranaense está enfrentando e que é, em primeiro lugar, decorrência de um modelo econômico de uma política agrícola contrária aos interesses de nosso Estado.

E, por outro lado, fenômenos climáticos, como a geada, a seca, as pragas que vêm dificultar a vida de nosso produtor, em nosso Estado.

Recentemente, o Paraná e outros Estados, produtores de café, foram vítimas de uma geada que, aqui no Paraná custou um prejuízo aproximado em torno de setenta e um por cento da próxima safra cafeeira para o ano de 83, e nós, na condição de representante do povo oriundo de uma região eminentemente agrícola e cafeeira, nós não poderíamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nos omitir diante deste momento difícil pelo qual atravessa a cafeicultura paranaense.

Sexta-feira próxima passada, na Cidade de Garça realizou-se o IV Congresso Nacional da Cafeicultura e, naquela oportunidade, os cafeicultores ali presentes, mais uma vez, sem muitas esperanças diante de uma realidade, reafirmaram posicionamentos em defesa desta cultura que nós, como Deputado e que Vossas Excelências também nas mesmas condições, por certo estarão de acordo e dando o seu apoio para que um pedido de envio de expediente ao Sr. Ministro da Indústria e do Comércio e ao Presidente do IBC seja concretizado.

O requerimento que nós endereçamos à Mesa pedindo, Sr. Presidente, urgência ao Ministério da Indústria e do Comércio e à Presidência do IBC, constitui-se basicamente, alicerçado nos termos da Carta de Garça que foram elaborar, no dia 7 do corrente mês, naquela cidade do Estado de São Paulo.

O requerimento diz o seguinte: (Lê):

"Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas

atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado telex ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Indústria e Comércio, bem como, ao Presidente do I.B.C., encarecendo a adoção das seguintes medidas, em caráter de urgência, relativas à cafeicultura:

1 — Fixação do preço de garantia em Cr\$ 13.038,33, a saca de café beneficiado com vigência a partir de 1.º de julho p. passado;

2 — Liberação de financiamento em torno de oitenta por cento sobre o preço de garantia acima mencionado;

3 — Elaboração de um plano urgente de renovação e recuperação das lavouras geadas, nos moldes do ocorrido em 75/76;

4 — Prorrogação dos débitos relativos a financiamentos para plantio e custeio, vencíveis em outubro próximo;

5 — As demais reivindicações constantes da "Carta de Garça" aprovada no dia 07 p. passado.

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 1981.

a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

Segundo informações, o Paraná tem 680 milhões de covas de café, das 915 milhões que existiam em 1975. A previsão é de que na safra de 82/83, o parque cafeeiro paranaense tenha, no máximo, 600 milhões de pés de café. Mas essa redução depende de uma série de acontecimentos. Em primeiro lugar da definição da política cafeeira a ser implantada pelo Governo. Não se sabe ainda, quais as providências que o Governo vai adotar diante das últimas geadas. O que se espera é que o Governo, com urgência, destine recursos à cafeicultura, através de um plano de renovação e revigoramento. Se tal não ocorrer não temos a menor dúvida que a redução do parque cafeeiro, não só em nosso Estado, como de resto em todos os Estados produtores, será inevitável. Muitos produtores estão aproveitando os efeitos drásticos das geadas para, somados a outras causas decorrentes de falta de estímulo em razão da política cafeeira, erradicar os cafezais. Principalmente as lavouras cuja recuperação demande investimentos altos. A grande verdade é que o produtor, tanto grande quanto pequeno não se sente mais estimulado e até sem condições financeiras para acreditar nesse tipo de cultura.

Caso o Governo, que é o grande responsável pela fixação de diretrizes à política cafeeira, não se conscientize da seriedade do momento; das dificuldades que a cafeicultura tem enfrentado nesses últimos anos; da grande liberação de mão-de-obra que aumenta assustadoramente de ano para ano, as consequências econômicas e sociais serão insuportáveis. A descapitalização da cafeicultura nos últimos anos, pelos mais variados motivos, se constituiu na grande causa de agravamento do êxodo rural. A liberação de mão-de-obra, principalmente aqui no Estado do Paraná, é algo de assustador. Um Estado que já foi o principal produtor de café e, em cujo produto teve a sua maior fonte de divisas, é profundamente lamentável que se encontre assistindo os índices de desemprego aumentarem a cada mês e o seu povo em constante migração em busca de novos horizontes. O Governo tem que acreditar mais na capacidade de trabalho do povo brasileiro, bem como nesta grande fonte geradora de divisa que foi e continua sendo o café. Aliás, o responsável pelo grande avanço desenvolvimentista das décadas de 50 e 60. Portanto, esperamos que as autoridades responsáveis pela política cafeeira, acorde para essa realidade antes que seja tarde demais.

O Sr. Nestor Baptista — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Deputado Tavares, mesmo não sendo entendido na cafeicultura, quero cumprimentá-lo pelo brilhante pronunciamento que apresenta em números, aquilo que ocorre no Estado do Paraná, e a preocupação dos cafeicultores paranaenses, em especial.

Este é um País que realmente, um cidadão já disse, é de muita brincadeira e de pouca seriedade. Tanto é verdade que

um assunto tão sério hoje, não tem a devida atenção e espero que as autoridades deste Estado, se preocupem um pouco mais e como eu dizia, do problema de seriedade, não faz muito tempo, tivemos uma campanha financiada, é bom que se diga, para erradicação do café. Não demorou muito e estamos vivendo hoje uma outra campanha para que se plantasse o café, inclusive aqui no litoral do Paraná, onde já se fala em todas as cidades, como Antonina, como Paranaguá, como Morretes, que a plantação do café ali, hoje, serve tão somente para que o capitalista tenha mais abatimento no seu imposto de renda, e parece que é realidade, porque o café ali até agora não convenceu.

Agora, o grande problema, deixando de lado o dono da terra, deixando de lado o cafeicultor, continua sendo a despreocupação das autoridades para com aqueles que produzem o café junto com a terra, para aqueles que levavam o café para o exterior, enfim, para aqueles que apanhavam, limpavam e levavam o café para a torrefação, e que são os grandes problemas sociais que enfrentamos hoje no Paraná, dados os números de desempregados.

Esse é o grande problema que necessita, nobre Deputado José Tavares, ao lado da estatística apresentada em seu pronunciamento, mais preocupação séria por parte de nossas autoridades. Mais de 150 cidades do Paraná, no último censo, tiveram suas populações diminuídas e sem dúvida alguma, porque o café foi diminuindo de 915 milhões para 600 milhões. A população acaba vindo para a grande cidade e a grande cidade acaba tendo um contingente de favelados muito grande, como acontece hoje na nossa Curitiba.

Mais uma vez, nossos cumprimentos pelo pronunciamento tão sério e um apelo para que o nobre Deputado volte a falar sobre esse assunto, para que mais gente possa ouvi-lo e posar as autoridades, tomar as devidas providências.

O SR. JOSÉ TAVARES — Agradeço o aparte de Vossa Excelência que vem enriquecer esse nosso pronunciamento, mas, Senhor Presidente, a preocupação maior deste Deputado, constitui sem dúvida, não só a preocupação da vinda, do destino do grande cafeicultor absolutamente. Nós somos oriundos, filhos de uma região eminentemente cafeeira e temos mantido contatos permanentes com os pequenos e médios cafeicultores, e o problema maior, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que geralmente causa até desespero na gente, é o problema do desemprego, é o problema da liberação de uma mão-de-obra, que realmente, como diz o Deputado Nestor Baptista, sai em desespero em busca de um centro maior, para lá quem sabe, conseguir um emprego e sustentar sua família.

O Paraná repito, um Estado eminentemente agrícola, que teve no café sempre a sua grande fonte geradora de divisas e de mão-de-obra, está hoje, vivendo, dias agonizantes em decorrência de um problema seriíssimo e gravíssimo que é o êxodo rural, a liberação de mão-de-obra, reflexo repito, de um modelo econômico, de uma política cafeeira totalmente anti-nacional, que veio dar espaço e vez aos grandes grupos econômicos internacionais através de uma cultura como a soja, que nós não somos contra, mas que, libera na realidade, um grande contingente de mão-de-obra. Sendo o Paraná, repito, um Estado eminentemente agrícola, nós independentemente de Partidos Políticos, devemos nos unir em torno de, fazer com que o Governo Federal realmente, olhe para o nosso Estado, principalmente, para a cafeicultura. Porque senão, as coisas tenderão ficar mais tristes e mais negras principalmente para o nosso povo.

O Sr. Lázaro Dumont — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Deputado Tavares, é com muita satisfação que ouço nessa tarde o discurso de Vossa Excelência, trazendo sem dúvida alguma, um problema de maior importância para o Estado do Paraná.

Realmente, o café que foi e ainda é e poderia continuar sendo por dezenas de anos ainda, por esse Brasil afora, a "galinha de ouro" da economia nacional. E que se querem realmente matar e estão fazendo de tudo, para se matar essa "galinha de ouro". Infelizmente, as autoridades governamentais encarregadas desse setor, não vêem no café o que o café realmente, representa para o nosso País. Para se ter uma idéia, nos últimos 151 anos a economia brasileira teve no café a maior fonte de participação e isto, não se leva em consideração. Se faz de tudo para que a erradicação dos nossos cafezais, realmente, seja realizada.

O café, sem dúvida, como meio de emprego de mão-de-obra, é o de maior representatividade, não só no Paraná como Estado produtor mas nos outros Estados produtores também. Porque o café, além dele ter a sua rotatividade nos diversos ciclos da produção durante o ano, ele mantém a mão-de-obra efetiva o ano todo e, ainda, se dá ao luxo de na época por exemplo, de uma colheita de algodão, poder paralelamente, fornecer a mão-de-obra para a colheita de algodão que no nosso Estado também, já está tão carente.

Mas, infelizmente, as autoridades não vêem, torno a repetir, a necessidade do café. Um outro dado importantíssimo hoje, na erradicação dos nossos cafezais, é que para muitos ainda o café é a cultura do grande fazendeiro, do grande proprietário de terra. O café que há 15, 20 anos atrás, tinha sua produção em sessenta por cento baseado na média e na grande propriedade, hoje, inverteu — setenta por cento da produção do café no Brasil hoje, é produzido na mini e pequena propriedade, das quase 250 mil propriedades espalhadas por esse Brasil afora.

Então, o que que nós vamos ter com a erradicação do café, além da falta de trabalho, da diminuição de mão-de-obra, fazendo com que esse pessoal venha para os grandes ou, ainda vá para outras cidades, outros Estados, nós ainda teremos aquelas pequenas propriedades que exatamente, pelas condições sócio-econômicas dessa propriedade não têm condições de se transformar em áreas para o cultivo de soja, que é uma propriedade de 4, 5, 6, 8 ou 10 alqueires, é antiprodutivo a produção de soja, porque não têm condições de se mecanizar.

Para partir essas mesmas propriedades para a pecuária, muito menos condições econômicas se têm ainda. Então, o que vai se dar nobre Deputado, além da mão-de-obra assalariada, nós teremos ainda, milhares de pequenas propriedades que já se diminuiu nos últimos dez anos em 150 mil nesse Paraná. Nós ainda teremos milhares de propriedades, que serão vinculadas a outras propriedades maiores, e que nós temos, juntando a esse êxodo rural, também pequenos proprietários que se vêm sem condições econômicas, de continuar na sua atividade econômica.

Então, é necessário, urgentemente, medidas sobre o café. E eu parabenizo a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa ao nobre orador, que resta um minuto para o término de sua oração.

O SR. JOSÉ TAVARES — Eu concluo, Sr. Presidente.

Agradecendo a oportunidade do aparte do nobre Deputado Lázaro Dumont, que realmente recoloca uma grande verdade dentro dessa problemática do café em nosso País. Realmente, nobre Deputado, Vossa Excelência tem razão quando afirma, que quando se fala em cafeicultura, tem-se a impressão de que se estaria defendendo aqui o grande cafeicultor. Mas na realidade eu comungo com Vossa Excelência, me permito até inclusive, repetir aqui, uma coisa que disse no início, por ser filho de uma região eminentemente cafeeira, é uma verdade que Vossa Excelência afirma. Antigamente sim, houve, grandes cafeicultores, grandes propriedades, de mil alqueires até, na região Norte, plantadas de café. Hoje, quem vive do café, na realidade, são os pequenos e menores ainda, produtores. São os mini produtores, propriedades de 10, 15, 20 alqueires,

quando se acha uma propriedade de até 100 alqueires, plantada, em café, é realmente coisa rara.

O Sr. Pinto Dias — Vossa Excelência permite um aparte? — (Assentimento)

Nobre Deputado, hoje não é o pequeno cafeicultor que vive com a cultura do café, me perdoe; vivem com a cultura do café aqueles que não podem sair há quase 10 anos. Não vivem, convivem. É aquele que está hipotecado até as raízes no Banco do Brasil. E com relação à agricultura que não tem a menor consideração por parte das autoridades neste País: não é só o café não. É o feijão, arroz, milho, soja etc..

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está esgotado o tempo de Vossa Excelência.

E em nome do Partido Popular, concedo a palavra ao Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. JOSÉ TAVARES — Obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A notícia sobre o ingresso do ex-Governador Jayme Canet Júnior, no Partido do Movimento Democrático Brasileiro, ganhou destaque na imprensa e até mesmo com a divulgação do inconformismo do Governador Ney Braga, ao declarar que não acreditava num entendimento de Canet com o PMDB, dadas as lutas passadas. Nessa altura, quando eu lia a notícia, parava, pensava e lembrava dos fatos políticos acontecidos no ontem. O próprio Governador Ney Braga deve ter esquecido certamente, de que hoje tem a seu lado, verdadeiros algozes dentre os quais eu me recordaria do atual Prefeito de Londrina, Sr. Antônio Cassimiro Belinati, que ainda tenho bem viva na lembrança sua última aparição no encerramento da sua campanha política em praça pública de Londrina, quando desfechou as mais formidáveis agressões, em cima do então Ministro Ney Braga, tratando-o por todos os campos; levando-o pelo campo da mordomia, do mau uso dos dinheiros públicos, à corrupção. Estão juntos hoje, de mãos dadas e abraçados. É um exemplo porque existem vários outros que estão no mesmo caminho. Na verdade, ele tem consigo hoje, o atual Governador Ney Braga, — disse bem, lembrou bem o Deputado Tavares, — o Prefeito de Ponta Grossa, Luiz Carlos S. Zuk, tem o Dr. Paulo Cruz Pimentel, com o qual já teve terríveis divergências na caminhada política.

Então, é inconcebível até, que se ouça, ou que se leia na imprensa, uma declaração nestes termos, de um homem, que, talvez, se tivesse feito silêncio, teria feito o melhor.

Apenas deixou-nos a tristeza de um entre aspas, de que Canet ainda não entrou no PDS.

Posso assegurar que não entrou e nem admite conversar sobre entrar no PDS.

Notem os Srs. que eu digo desta tribuna, na condição de Líder da minha Bancada.

Mas, na verdade Srs. é que existem notícias de que há um compromisso do Ministro da Justiça com os Partidos de Oposição, de que as coligações serão permitidas. E o que desejam os Partidos de Oposição é realmente preparar condições para futuros entendimentos.

Ninguém pode prever o que o Governo está preparando para o futuro, em matéria de regras eleitorais.

Se o PP, no Paraná, está admitindo tal diálogo, deve-se ao fato de que já definiu a sua posição, em entendimentos somente com os Partidos de Oposição.

Na manhã de hoje, na sede do PP, esteve reunida a Comissão Executiva do Partido, os seus membros, companheiros do interior, que vieram exatamente em função das notícias que por aí correram.

Porque na verdade, o que há, — não se pode negar, — o

que há é uma conversa, o que há é um entendimento entre as Oposições, porque na aflição em que os Partidos de Oposição se encontram temerosos de quais seriam as possíveis regras do jogo, é preciso que haja, desde já, um posicionamento; que se procure uma forma de se poder enfrentar as próximas eleições, porque nós estamos na dependência daquilo que o Governo queira.

Há dias o Governo teria encaminhado uma "latinha", não um "pacotinho", uma "latinha", contendo a sublegenda, para as disputas ao Governo dos Estados.

Mas, na verdade, nós não conhecemos a seqüência, não se sabe profundamente se teremos ou não novos casuísmos, novas medidas; de que forma vão tentar conduzir os Partidos de Oposição.

E seria o cúmulo que todos nós nos calássemos, cruzássemos os braços, e ficássemos apenas e tão somente na dependência daquilo que deseja o Governo, em termos das regras do jogo eleitoral.

Mas a verdade, também é bom que se diga, nós não sabemos. Temos convicção do compromisso do Ministro da Justiça, mas não sabemos se haverá ou não o prevalecimento da coligação que, com a característica de sublegenda, também implantada, iria dar o cunho das alianças partidárias que permitiria a união de partidos políticos e o uso de sublegendas por ambos os Partidos, na soma dentro da aliança.

Este é o grande problema para o amanhã.

Porque uma coligação somada exatamente neste campo, havendo a coligação e, ao lado dela, também a sublegenda, nós poderíamos, talvez, ter um quadro novo completamente diferente.

Concedo, com satisfação, um aparte ao Deputado Airton Cordeiro.

O Sr. Airton Cordeiro — Vossa Excelência sabe do apreço que nós sempre devotamos ao ex-Governador Jaime Canet Júnior. Mas, Vossa Excelência deve entender, como Líder de um Partido que nasce para para ser forte, a situação política nacional de hoje, mesmo que comporte algumas acomodações, não pode, a meu ver, — é minha opinião pessoal, — ser complacente com o aviltamento de certos princípios.

Vossa Excelência mencionou que no mesmo Partido em que está, hoje, o Governador Ney Braga, estão antigos seguidores do então Movimento Democrático Brasileiro.

Para, quem sabe, buscar uma motivação para uma eventual decisão do ex-Governador do Estado de ingressar no PMDB.

Mas, gostaria de fazer um breve comentário para dizer que as situações são extremamente diferentes. Vejamos, por exemplo, como foram eleitos os Prefeitos Luiz Carlos Zuk e Antônio Belinati, apontados por Vossa Excelência, ambos eleitos pelo voto popular. E de que forma foi eleito Governador do Paraná, o eminente ex-Governador Jayme Canet Júnior?

O SR. DÁCIO LEONEL — Da mesma forma que foi eleito o Sr. Ney Braga.

O Sr. Airton Cordeiro — Pelo voto do Ministro Ney Braga.

Aí é que se engana, eminente Deputado Dácio Leonel, porque nos recordamos quando o emissário do Governo Federal veio, a Curitiba, para fazer as pesquisas e buscar um consenso partidário, que, 24 horas antes, o Governador Ney Braga, numa declaração pública, afirmou que o seu candidato era o Sr. Jayme Canet Júnior, caracterizando, claramente, com a coragem que sempre teve, que se manifestava, mais uma vez, de pronto, por uma candidatura que ele apoiava, por entender válida para o Governo do Paraná.

E há quem afirme que — não sei — que o consenso aqui feito pelo emissário do Governo Federal não apontou o Sr. Jayme Canet Júnior, como preferido na prévia. No entanto, valeu a opinião e o voto decisivo do então Ministro Ney Braga.

Ainda, hoje, assistimos, na TV, uma entrevista do Sr.

Afonso Camargo Netto, a quem também respeitamos, política e pessoalmente, ouvíamos como censuras ao Governo; afirmações positivas, altas, de elogio, à Oposição do Paraná. Mas, esquece Sua Excelência, Senador indireto, eleito por um colégio eleitoral, com maioria do Partido que deu origem ao PDS, se esquece que Sua Excelência teve a oportunidade de ficar enraizado na Oposição do Paraná, quando se candidatou ao Senado, pelo MDB, contra Ney Braga. E, depois, retornou à sombra do Poder, para organizar, no Paraná, a Aliança Renovadora Nacional, e através dela se eleger Senador da República.

Então, veja, ilustre Deputado, Líder do PP, que essas alterações requerem um pouco mais de reflexão. Efetivamente, de reflexão, de respeito à memória popular, de respeito àqueles que respaldaram a vida pública desses que, hoje, se voltam contra Ney Braga, se voltam contra o PDS como que querendo execrar a situação e nosso Estado. E como se tivéssemos que pagar por essa execração injusta.

E veja Vossa Excelência, como democracia, quero respeitar o posicionamento de qualquer político do Paraná.

O que é difícil, no entanto, nobre Deputado, é calar diante da injustiça e calar diante da ingratidão.

Obrigado.

O SR. DÁCIO LEONEL — Agradeço a Vossa Excelência e gostaria de observar três pontos: o primeiro, dou razão. Vossa Excelência deve, realmente, estar profundamente aborrecido com o seu Partido, por não poder ter Canet como candidato do PDS. Concordo. Sei que, realmente, foi um arrebentar de festa.

O Sr. Airton Cordeiro — Temos os nossos candidatos e vamos com eles ganhar a eleição.

O SR. DÁCIO LEONEL — Em segundo lugar, Vossa Excelência faz uma afirmativa aqui que acho violentamente perigosa, quando diz que a escolha de Canet foi de Ney e não do consenso. Quer dizer então que Vossa Excelência, hoje, faz com que o Paraná e o Brasil saibam que, realmente, foi uma piada em cima de todos os convencionais da ARENA, de então.

Em terceiro lugar, Vossa Excelência faz alusão que estou contra Ney. Mas, até o genro dele já esteve contra ele.

Mas, nobre Deputado, não cheguei ainda ao final daquilo que pretendo dizer, apenas para trazer uma posição definitiva, para que não se confunda a posição deste entendimento que está havendo entre os dois partidos políticos, o entendimento entre PP, PMDB e demais partidos da Oposição, a luta que estamos encaminhando, a forma como estamos vendo as próximas eleições, para que Vossa Excelência sinta que o pensamento é apenas no sentido de uma união, de uma unidade. Unidade no sentido das lutas que possam ser travadas e da viabilidade das coligações, ou das alianças que estamos aguardando para o amanhã, o que poderão propiciar.

Mas, uma coisa é definitiva, Sr. Deputado, é que o Sr. Jaime Canet Júnior será candidato a Governador do Paraná, pela legenda do Partido Popular, quer dizer, então, se existem outras notícias, evidentemente as notícias não estão devidamente bem postas. É possível — é possível — que tenhamos no futuro, de conformidade com o que venha a disciplinar a própria Lei, que, tenhamos um entendimento entre as Oposições e estamos lutando nesse entendimento, porém, a candidatura de Jaime Canet Júnior será pelo seu Partido, o Partido Popular ao qual ele está filiado e pelo qual nós continuaremos a nossa luta. Como consequência, a nossa estranheza foi apenas e tão somente que, em função de notícias veiculadas pela imprensa tivesse, já, o Governador Ney Braga, feito aquelas referências que nós reputamos, aquelas, sendo injustas.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta à Liderança do PTB, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. — (Declina).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 27/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 07/81, (Mens. Govern. n.º 05/81), que aprova os convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e os municípios que especifica, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, nas sedes dos referidos municípios. — Aprovado.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 30/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 31/81, (Mens. Govern. n.º 35/81), que aprova o Termo de Convênio SELP/ 06, celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, com a interveniência da Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, com o Município de Adrianópolis, objetivando a reforma e ampliação do prédio do Posto de Saúde da sede do referido município. — Aprovado.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 31/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 32/81, (Mens. Govern. n.º 36/81), que aprova os termos de convênios celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social e da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, com os municípios especificados, objetivando a construção de micro-sistemas de abastecimento de água. — Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 32/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 34/81, (Mens. Govern. n.º 38/81), que aprova os termos de convênios celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social e Empresa de Obras Públicas do Paraná — EMOPAR, com os municípios especificados, objetivando a construção de Mini-Postos de Saúde. — Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 33/81, oriundo de Parecer de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ao Projeto de Lei n.º 30/80, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica do Município de Capitão Leônidas Marques, para fins de consulta à população sobre a criação do Município de Boa Vista da Aparecida. Parecer APROVADO da C.C.J., por maioria. — Em discussão.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Para discutir) — Sr. Presidente, de nossa lavra e com apoio regimental, procuramos trazer a esta Assembléia o desejo de parcela considerável da população do Município de Leônidas Marques especialmente de dois Distritos: distrito de Boa Vista da Aparecida e de Alto Alegre do Iguaçu, buscando afirmarem-se como município, visando a sua autonomia político-administrativa. Formulamos a petição de criação desse município, baseado na legislação vigente, Lei Complementar n.º 2 e demais disposições atinentes a essa matéria, preenchidos todos os requisitos legais

e trouxemos à colação, Sr. Presidente, deste projeto, todas as peculiaridades exigidas por lei, quer seja, o volume de residência, o número mínimo de eleitores, a receita tributária, o território, a população e todas as divisas relativas à criação do novo município.

Foi discutido amplamente este projeto com os demais Deputados interessados daquela região. Juntou-se, Sr. Presidente, ao projeto, o mapa relativo a todo município de Capitão Leônidas Marques e por uma razão que o projeto não conhece, mas que o juízo popular já fez até cátedra do conhecimento das razões a que há uma determinada oposição à criação do município com a devida preliminar, fez vingar, e quero esclarecer aos eminentes Srs. Deputados, exibindo inclusive os acidentes naturais que por lógica deveria prevalecer na Comissão de Constituição e Justiça, quando da apreciação deste projeto de lei, e o que ocorreu, Sr. Presidente, naquela Comissão de Constituição e Justiça? Foi o inverso de todas as posições assumidas por aquela Comissão de Constituição e Justiça.

Pesquisando os Anais desta Casa não encontramos nenhuma infelicidade cometida de mesmo gênero pela CCJ, e como vice-Presidente daquela Comissão, Sr. Presidente, já em outras oportunidades vim a esta tribuna, para tomar posições contra posicionamentos que não conferem ao alto sentido de justiça e de saber que devem inspirar os integrantes daquela Comissão de Constituição e Justiça e na apreciação do parecer do relator, que propôs alteração nas divisas preliminares, julgou-se, definiu-se contrariamente aos interesses daqueles que desejam emancipar-se e a dúvida que existiu e que vai existir sempre, é com relação somente ao problema de divisas.

Enquanto o município, e deixo aqui à luz clara aos olhos de todos os eminentes Deputados, a marca verde da esperança do novo município, ser dividido por um longo e largo leito de rio, o chamado e conhecido em todo o Estado do Paraná, Rio Andrada, rio este que para atravessá-lo, é necessária uma balsa, exatamente dividindo ao meio o território do então e hoje Município de Capitão Leônidas Marques, de tal sorte, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a parcela correspondente aos dois distritos que desejam se emancipar, ficam à margem deste rio e a outra parcela remanescente, fica da outra margem, fazendo divisa com o Parque Nacional do Iguaçu.

A melhor divisa que existe, é a divisa por leito de rios, proclamado pela doutrina, pelas leis, pelo juízo popular, pela lógica e, nenhuma divergência traria. Suscitou-se dúvidas, Sr. Presidente, quanto a esse projeto preliminar. Por que?

Porque, se ficassem prevalecendo a divisa preliminar, o Município de Capitão Leônidas Marques poderia tomar prejuízo com a implantação da futura e não definida ainda, Usina do Salto de Caxias às margens do Rio Iguaçu e do próprio Rio Iguaçu do Salto Caxias.

E, para preservar os interesses quem sabe da direção do Município de Capitão Leônidas Marques, buscou-se o expediente de natureza partidária e me perdoem os componentes do Partido do Governo que fazem parte da Comissão de Constituição e Justiça, não julgaram com vistas ao interesse público, mas, julgaram com vistas ao interesse partidário e não permitiram que a divisa fosse aquela divisa que 767 pessoas subscreveram num documento plebiscitário preliminar contra apenas 16, que buscavam a divisa por linha seca.

E a Comissão de Constituição e Justiça deliberou que o município deveria se emancipar através de uma nova divisa proposta pelo eminente Sr. Relator, que, diga-se de passagem, e não falei na sexta-feira, Sr. Presidente, exatamente por sua ausência, mas que não poderia hoje, perder a oportunidade de vir a esta tribuna expender esses conceitos e colocar essa posição com relação a esta matéria.

Forçado pelas circunstâncias, mesmo na ausência do eminente Deputado Luiz Alberto de Oliveira, sou forçado, Sr. Presi-

dente, para definir posições, para proclamar a injustiça e para trazer também o posicionamento da maioria esmagadora de Alto Alegre, um dos distritos daquele município que desejava a divisa pelo Rio Andrade.

Não há divergência quanto, Sr. Presidente, a emancipação.

A divergência é de natureza político-partidária, é especificamente com relação a divisa.

Um núcleo populacional que não deseja pertencer ao antigo Município de Capitão Leônidas Marques, está sendo forçado a ficar vinculado ao município de origem, exatamente, porque aquele pedaço proposto pelo Relator, vai preservar a área da implantação da Usina de Salto Caxias. E com isso, os argumentos foram todos conflitantes na busca da preservação desse interesse econômico.

Sr. Presidente, realmente, decepcionado, com o juízo expandido pela Comissão de Justiça, cheguei ao ponto, Sr. Presidente, de examinar se era válida a minha participação na Comissão de Constituição e Justiça e mormente como seu vice-Presidente, quase renunciei, não pelo fato de ter sido o autor do projeto mas, pelo fato de ter sido feita uma decisão não democrática, mas, absolutamente, de natureza partidária.

Quando das quase 800 assinaturas pedida pela comissão organizadora, chegou-se à conclusão de que noventa e oito por cento era favorável à divisa pelo Rio e apenas dois por cento em números redondos, aceitava a modificação da divisa.

Sr. Presidente, não vim a esta tribuna para pedir a alteração da divisa. Não. O nosso espírito não seria tão mesquinho de poder imaginar, que a idéia inicial da população fosse vingar aqui nesta Assembléia. Não, absolutamente. Vim a esta tribuna, Sr. Presidente, para proclamar a minha decepção. Decepção com a classe política da qual eu faço parte. Muitas vezes envergonhado, de não ter em mente, não os interesses de natureza partidária; mas o interesse público, o espírito público. Este deve prevalecer sobre os interesses de natureza particular. E não quero tomar posições aqui e agora, e nesta quadra de disputa, absolutamente. O que eu quero dizer, é que a população saberá, no momento adequado, dar a resposta, para aqueles que não souberam postergar os interesses particulares, em detrimento dos interesses públicos. Esta é a posição que eu quero deixar, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Continua em discussão o Projeto de Lei n.º 33/81.— Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 34/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade em COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 37/81, (Mens. Govern. n.º 40/81), que aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através de Órgão que especifica, objetivando a prestação de serviços de assistência técnica e cooparticipação em estudos que visam a "Análise da Potencialidade da Navegação Interior nos Afluentes do Rio Paraná", com influência no Estado do Paraná.— Aprovado, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Engenheiro Agrônomo Carlos Roberto Seghesi, ocorrido na Cidade de Paissandú.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 26.º aniversário de emancipação política do

Município de Goioerê.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, lido da tribuna, solicitando o envio de telex aos Senhores Ministro da Indústria e Comércio, e Presidente do IBC, encarecendo a adoção de medidas relativas à cafeicultura.— Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a convocação do Senhor Secretário da Indústria e Comércio, para prestar esclarecimentos a este Poder Legislativo a respeito dos empréstimos concedidos pelo BADEP e BRDE, à ITAIPU Binacional, Furnas - Centrais Elétricas S/A e ELETROBRÁS.— Aprovado.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Presidência defere e irá proceder a verificação de votação.

(É feita a verificação de votação).

7 Srs. Deputados o aprovam;

2 Srs. Deputados o rejeitam.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 11, terça-feira, à hora regimetal, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 30/81, 31/81, 32/81, 33/81 e 34/81.

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 145/78 e 169/80.

Levanta-se a sessão.

Atos da Comissão Executiva:

DECRETO LEGISLATIVO N.º 304/81

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 6562, de 05 de agosto de 1981, deste Poder:

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica homologado o resultado do Concurso nos termos do Decreto Legislativo n.º 283/81.

Art. 2.º - Conceder acesso ao Cargo de Assessor Técnico Legislativo "D", do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, aos funcionários abaixo relacionados, tendo em vista suas classificações no Concurso realizado:

1.º - ANTONIO GULBINO — Mat. 164

2.º - JONAS ZAMPIER — Mat. 339

3.º - FARID LUIZ GUÉRIOS — Mat. 480

4.º - WILSON RAMOS — Mat. 137

5.º - ALSTON XAVIER DA SILVEIRA — Mat. 372

6.º - GABRIEL LUIZ FRANCESCHI - Mat. 512

7.º - OSWALDO MARQUES — Mat. 380
8.º - JOGUIBE MANSUR — Mat. 312
9.º - SÉRGIO VALÉRIO ANTANUCCIO —
Mat. 433
10.º — GLACI BELICH — Mat. 154
11.º — MANOEL MARTINS DE CASTRO—
Mat. 135

Art. 3.º — Este decreto entrará em vigor na data de
sua publicação, revogadas as disposições
em contrário.

Palácio “XIX de Dezembro”, em 10/08/81

JOÃO MANSUR — Presidente

AUGUSTO CARNEIRO — 1.º Secretário

NILSO ROMEU SGUAREZI — 2.º Secretário